

# **CASA, DESPEJO E CULTURA**

## **Por uma discussão da ética do habitar de trabalhadores sem teto**

**Doraci Alves LOPES\***

### **ÉTICA DO HABITAR: RESISTÊNCIAS E IMPUNIDADES**

Palace II no chão.<sup>1</sup> O Brasil estarecido, comovido. O drama público de famílias de camadas médias desalojadas, da noite para o dia. Através do construtor e deputado cassado Sérgio Naya (PPB-MG), constatamos, mais uma vez, até que ponto podem chegar os interesses imobiliários deste país. O que dizer da Encol? Milhares de mutuários também viram 'desabar' anos de investimentos de suas vidas, em obras abandonadas.<sup>2</sup>

O que aconteceu aos desabrigados do Palace II, parece ter chocado muito mais a opinião pública. Pela repercussão na mídia, durante vários dias, tocou fundo imagens como as da implosão final dos apartamentos e as cenas de 'garimpos' dos ex-moradores do Palace II, em meio aos escombros do desabamento.<sup>3</sup> A insistência no resgate de objetos pessoais, símbolos de identidades sociais e individuais, deixou visível, pelo menos naquele momento, o que a perda da moradia pode provocar de rupturas na história de vida dos indivíduos.

---

(\*) Profª Drª do Departamento de Ciências Sociais e Coordenadora do Laboratório de Estudos Sociedade, Ética e Cidadania do Instituto de Ciências Humanas da PUC-Campinas

Muitos destes moradores continuam instalados, provisoriamente, em quartos de hotéis, aguardando indenizações através da justiça.

A casa, e tudo que está em seu interior, é parte intrínseca também da vida subjetiva de cada um. Isto quer dizer que existe na moradia um complexo universo de experiências existenciais, de construções e reconstruções de identidades - nascimento, casamento, filhos, mortes, separações, etc - que revelam buscas contínuas de realizações de nós mesmos, incluindo projetos de transcendência. Deixar marcas, produzir feitos, registros de nossas existências, depende de um teto para morar, espaço que também simboliza pertencer à sociedade em que vivemos.

A irresponsabilidade do construtor Naya provocou, na prática, algo muito semelhante aos resultados de um despejo coletivo. A cidadania dos moradores do Palace II foi atingida de forma radical, sem falar nas mortes provocadas pelo desabamento. Abolou brutalmente, em poucos instantes, as múltiplas relações e referências culturais que estes indivíduos estabeleciam, de forma particular, com suas moradias, a cidade e a sociedade.

A rápida organização destes moradores evitou que a impunidade fosse ainda maior. A decisiva cobrança na apuração das responsabilidades da construtora perante a justiça, a cassação sumária de Sérgio Naya, na Câmara Federal dos Deputados, bem como a pressão para o cálculo das indenizações, foi deixando a impressão de que a repentina condição de desabrigados está sendo ou será resolvida.

Também no caso Encol, os mutuários se organizaram em associações para processar os responsáveis pelas irregularidades e não perderem completamente seus direitos e investimentos de proprietários. Existem outros casos, bem menos conhecidos, chegando a soluções muito limitadas, mas não menos importantes.<sup>4</sup>

Trata-se de tentativas de reconstruções, individual e social, que reelabora o sentido da cidadania e projetos de vida, estreitamente vinculados a determinados valores culturais do habitar das camadas

sociais envolvidas. Uma visão comum e empobrecedora do problema seria a de limitarmos a análise de tais ações sociais apenas ao objetivo de recuperar economicamente a mercadoria-casa, o pecúlio familiar, dos desabrigados, ignorando as conseqüências sofridas quanto às suas referências culturais, simbólicas e subjetivas, que envolvem esta dimensão da realidade social.<sup>5</sup>

A ameaça ou mesmo a perda da casa, mesmo que temporária, é combatida tenazmente pelas famílias desabrigadas com certo poder aquisitivo, utilizando-se do recurso de diversos mecanismos institucionais. Esses procedimentos tem contribuído, inclusive, através do debate que se seguiu na mídia neste período, para a criação de novos dispositivos legais protegendo melhor os direitos dos cidadãos em relação às construtoras.

Por outro lado, não foram poucos os depoimentos que registramos, entre trabalhadores sem teto, sobre situações muito semelhantes às vividas pelos moradores do Palace II, especialmente em Campinas e região<sup>6</sup>. Mas, os despejos coletivos ou individuais destes moradores, embora também muito presentes na mídia, não provocam a mesma comoção pública, por se encontrarem, na maioria das vezes, em espaços ilegais.

Notícias a respeito de suas incessantes lutas pelo direito à habitação, nas ocupações precárias de sempre, tornaram-se banais. Não se questiona o uso de práticas profundamente autoritárias contra esta população, muito menos as conseqüências sociais, culturais e subjetivas em relação aos constantes processos de despejos, oportunamente ocultos pelas relações de informalidade predominante entre locatários e locadores.

Estatísticas e informações sobre este fenômeno social são freqüentemente atualizadas pelos agentes do mercado imobiliário, mas referem-se apenas aos moradores legais, munidos de contratos jurídicos. Vale lembrar que grande parte das capitais brasileiras e grandes centros urbanos possuem metade de sua população, ou mais, vivendo em espaços ilegais.

*O desprestígio da questão urbana no Brasil é evidente, apesar da situação dramática de nossas cidades. ... A cidade ilegal das favelas, dos cortiços, dos loteamentos clandestinos e das áreas de riscos se agiganta a ponto de praticamente igualar, em números de domicílios, a cidade legal em boa parte das metrópoles. A ilegalidade na ocupação do solo caminha para ser mais regra do que exceção. Precariedade e ilegalidade andam juntas. Nos cortiços, onde predomina a locação, a lei do inquilinato em geral não é cumprida.*<sup>7</sup>

Deste modo, nossa reflexão pretende problematizar o não reconhecimento da cidadania destes moradores, analisada a partir de suas histórias de vida, que explicitam um universo de experiências intensas, permeadas de situações rotineiras e dramáticas de despejos.

O objetivo é demonstrar a presença de uma ética do habitar, mesmo numa realidade de carências sociais, onde os despejos (individuais e coletivos) e o desemprego são tidos como os dois principais elementos geradores da insegurança e da pobreza que caracterizam o modo de vida provisório dos trabalhadores sem teto.<sup>8</sup>

A tentativa é quebrar o silêncio e a invisibilidade a que estão submetidos estes trabalhadores nos processos de despejos, para que se torne num elemento a mais discussão da luta pelo direito à habitação no país. Em grande medida, esta questão se traduz no alcance de um maior controle político e institucional da sociedade civil sobre certos interesses econômicos que atuam impunemente no mercado habitacional atingindo especialmente trabalhadores sem teto.

A relação entre ocupações urbanas e desemprego já faz parte das preocupações dos especialistas em habitação e em trabalho, porém a relação mútua e direta entre os despejos e a dinâmica das ocupações urbanas<sup>9</sup>, carece de um maior aprofundamento, uma vez que desorganiza a cultura do habitar destes moradores, violentando determinados princípios e valores das classes trabalhadoras urbanas. Falta privilegiar ainda um estudo sobre como esta relação provisória

com a moradia afeta outros direitos sociais, relativo a várias políticas públicas, como a saúde e educação.

Por isso procuraremos abordar algumas situações concretas para explicitar o que estamos entendendo como lacunas da investigação em habitação. Quer dizer, a idéia é resgatar alguns momentos representativos de certos desalojamentos sociais e individuais dos sem teto, situações existenciais profundas e radicais em termos de desrespeito à dignidade humana e cidadania destes indivíduos. São casos tão graves, ou mais, quanto aqueles que presenciamos na mídia contra moradores de projetos habitacionais como os do Palace II, Encol e outros semelhantes.

O fato dos trabalhadores sem teto não serem moradores legais ou proprietários, justifica a violência vivenciada com os despejos que enfrentam rotineiramente nas cidades?

## **HABITAÇÃO PROVISÓRIA E DESPEJO**

Uma determinada visão de cidade emergiu indiretamente das entrevistas que realizamos com trabalhadores sem teto da Vila Lúcia (1994), a partir do convite para que privilegiassem as lembranças de casas que marcaram suas trajetórias de vida. As notícias da imprensa complementam e confirmam certos valores culturais presentes nas entrevistas. Ao descreverem histórias individuais ou de seu grupo social, em moradias provisórias, vemos que interpretam e representam o espaço urbano principalmente da perspectiva de uma luta constante contra os despejos, a violência moral e, muitas vezes, física, que acompanham estas práticas sociais de desalojamentos.

Desse modo, falam da falta de acesso, de direito a um abrigo físico, material, mas também de algo tão grave quanto o fato de não terem praticamente nenhum espaço de acolhimento nas cidades. Vivenciam uma espécie de proibição à atividade de imaginar livre e subjetivamente a si mesmo em uma ética de casa futura, que lutará por atingir nas ocupações urbanas.

As situações de despejos são vividas e representadas como impedimento para compartilhar do imaginário social do 'sonho da casa própria' de outras camadas sociais e desenvolver devaneios próprios, singulares, onde se percebe numa vida futura digna, num vir a ser de sujeito, de cidadania em histórias familiares e de pertencimento social, através de seus códigos morais.<sup>10</sup>

A casa vai permeando relatos orais difusos, onde ficção e realidade se confundem, persistindo, no entanto, fragmentos vivos de histórias de antigas e novas ocupações coletivas; distintas experiências em habitações provisórias e muitos relatos de despejos. A habitação provisória revela ainda as moradias de 'favor' ou de 'empréstimo', em casas de parentes, vividas como solidariedade, arranjos de sobrevivências, mas igualmente como sufocamento psíquico, opressão moral e situações em que se sentem despejados da família. Concomitantemente surgem muitas referências a exclusões sociais em vários outros níveis do cotidiano que atribuem à falta de moradia (trabalho, alimentação, educação, saúde, etc.).

A cidade, para João<sup>11</sup>, como para outros sem teto da V. Lídia, é carregada de imagens de violência, injustiças, mas também de buscas de canais de participação, negociação e certos conhecimentos considerados estratégicos, que ele vai adquirindo a partir do resultado de conflitos com os poderes públicos locais e privados, nas ocupações que integrou.

Neste sentido, a associação entre cidade, ocupação e despejos é inevitável na vida de João, filho único, que morava um pouco na V. Lídia, outro tanto no barraco dos pais, num lote na periferia, que conseguiram também através de uma ocupação (Parque União da Vitória), legalizada por volta de 1992 ou 1993, pelo que ele recorda. Localiza este lugar da periferia citando bairros vizinhos: próximo do Jd. Campos Eliseos, Parque Universitário, Mauro Marcondes, etc..

*É, a gente ocupou essa terra. Aí houve uma negociação do dono diretamente [terra particular] com a Prefeitura. ... Então, o dono dessa terra negociou outra terra e fez*

*questão daquela terra que ele tava. ... Houve até tiro dentro da Prefeitura, dentro do gabinete do prefeito. Hoje é um bairro ... toda a infra-estrutura.\* João*

Nessa vida errante pelos bairros da periferia destaca sempre a importância da imprensa escrita, uma das poucas maneiras de se protegerem da violência da polícia, caso seja acionada pelo proprietário, no momento da entrada coletiva na terra.

Outros relatos de ocupações e despejos vão sendo lembrados, enquanto conta sobre sua vida em Campinas, onde almeja ser uma liderança de sem teto. Sua maneira de representar a realidade urbana contribui para compreendermos, em grande medida nosso objetivo, a maneira como os sem teto se relacionam com a cidade a partir da necessidade de moradia, submetida à lógica da habitação provisória.

Quanto ao aluguel, distingue diversas moradias provisórias, estabelecendo comparações e atribuindo diferentes gradações e valores às mesmas, muitas vinculadas à região onde se situam na cidade. Convém notar como opõe a periferia à cidade, a casa acessível de pagar aluguel à casa 'boa de morar', tanto em seus aspectos físicos como em termos da legalidade. Algumas formas de moradia provisória são vistas mais do ponto de vista moral, inadequadas para o trabalhador e sua família, opinião partilhada pelos outros sem teto.

*Bom, hoje em dia eles não estão mais procurando essas pensões, aluguel de quartos, porque hoje está muito bagunçado! Então a opção do morador ... eles estão procurando esses bairros distantes, onde tem casinha de fundo. Porque hoje, quem tem um terreno ... Vamos supor, dos lados dos DICs, a primeira coisa que ele [trabalhador proprietário] faz é construir dois cômodos no fundo, pra tá alugando e ter um pouco mais de dinheiro no fim do mês. Então, é um aluguel bem mais barato, porque na cidade ele [trabalhador inquilino] não tem opção nenhuma. Agora pra*

*morar mesmo, ele vai ter que está procurando isso daí.  
Uma casa boa hoje, ninguém tem condições de pagar.  
João*

Certos conhecimentos, mesmo imprecisos, são fruto direto de movimentos sociais por habitação passados, como o dos favelados da 'Assembléia do Povo' (1979/1986), que lutaram pelo direito real de uso da terra urbana em Campinas. Para muitos deles, a cidade aparece marcada pelas histórias de resistência por permanência nas favelas. Convém sublinhar que o início destes movimentos pelo direito à habitação foram e continuam a ser uma reação contra os intensos processos de remoções forçadas, despejos coletivos, sem negociação com os moradores.

Mais recentemente, o resultado destas lutas sociais aparecem nos discursos distinguindo as favelas urbanizadas das não urbanizadas, e como deixaram de ser uma alternativa acessível para famílias de trabalhadores mais pauperizadas a partir dos anos 80, dada a valorização imobiliária destas áreas, que expulsa os que não podem auto-construir e pagar pelas melhorias da urbanização oficial.

*A favela é mais difícil. Vamos supor, a pessoa é de uma cidade e fala: - 'Vou pra Campinas'. Tá. Ela vem pra Campinas. Se ela não tiver hoje no bolso uns quinhentos reais não entra em qualquer favela não! Pra você entrar numa favela hoje você tem que comprar um barraco, tá? É muito difícil você alugar um barraco em favela. Depende da favela. Tem favelas urbanizadas. Essas favelas existem nos próprios bairros. Onde eu moro, ao lado, tem uma favela. Mas são favelas de casa de tijolos. Chama 'favelas urbanizadas', que já tem água encanada, tem luz. Tá virando bairro. ... Agora, a linguagem, quando se diz 'favela', pra mim, 'favela' ainda é aquele lugar onde existe as vielas, só. A água é um cavalete, barracos é todos de madeira. Onde realmente ninguém tem condições de tá construindo. João*

Quando foi convidado a pensar a diferença entre favelas e ocupações, João responsabilizou a prefeitura pela existência de favelas. Reproduz grande parte do discurso dominante, quando considera que as favelas foram 'doadas' pelo poder público aos seus moradores. Supõe que as favelas urbanizadas não foram áreas de disputas, conflitos, não reconhece a resistência e uma organização política específica desenvolvidas pelos favelados a partir do final dos anos 80. Ignora que foi a partir deste período de lutas populares nas periferias da cidade que se socializaram certas práticas de planejamento antecipado de ocupações urbanas mais recentes.

Complementa sua visão, a maneira como representa a ocupação, resultado de 'negociação' política e 'pagamento' do lote individual reivindicado pelos trabalhadores sem teto. Uma prática moralmente 'superior' à solução dos favelados que 'não pagam nada' pela terra ocupada. A ideologia dominante da propriedade privada, da compra da casa própria através dos critérios do mercado imobiliário convive em conflito direto com os argumentos que justificam as ocupações da terra urbana. Adiante veremos a ambigüidade de João em relação às favelas, quando recorda episódios em que esteve apoiando a luta dos favelados da 'Assembléia do Povo'.

Zaluar, analisando as relações entre violência, exclusão social e educação, questiona as diversas imagens conservadoras de pobreza no país e adverte a respeito de uma tendência que se tornou comum entre os próprios trabalhadores a partir dos anos 80. A crise social reduziu a concepção de cidadania mais a cumprimento de deveres do que acesso a direitos. Não basta nascer no território brasileiro e se submeter às "*leis da comunidade nacional*" para ser cidadão, é preciso, antes de tudo, contribuir de alguma forma com a renda nacional.<sup>12</sup>

Esta visão realmente está presente também nas questões da habitação popular e foi especialmente disseminada por certos interesses econômicos, nos meios de comunicação de massa, contra os movimentos sociais urbanos, especialmente os de favelados,

sendo incorporada imediatamente por vários segmentos sociais, que se sentiram usurpados diante do 'privilégio' conquistado por este tipo de moradores da cidade.<sup>13</sup>

Porém, quanto à formação e permanência de muitas favelas, a opinião de João tem razão de ser e coincide com a de outros moradores da ocupação Vila Lídia.

*A ocupação também é um negócio improvisado. Não é moradia. É bem provisório, porque desde que você participa de uma ocupação, você não tem garantia nenhuma. A favela não é improvisada. Você não pode chamar favela de 'ocupação'. A diferença ... porque a favela é a própria prefeitura que constrói essa favela. Então, a prefeitura tem uma área, aqui é uma área de risco. Tá. O bairro de área de risco. Então, eles tira você daqui. A prefeitura corre todas essas áreas de Campinas onde existe áreas de risco pra tá tirando o pessoal. E coloca tudo em um lugar e vai amontoando aquele povo, que não vai pagar nada. É onde vai se formando uma favela. A favela quem faz é a própria prefeitura, a própria administração. João*

Ao reproduzir a idéia do 'privilégio' contra trabalhadores favelados - 'não pagam' pela terra ocupada - demarca a superioridade da 'solução ocupação' de forma curiosa. Acredita numa garantia de continuidade da história familiar através da compra individual do lote popular, não podendo ocorrer o mesmo em favelas urbanizadas, uma vez que estas possuem certas restrições legais para a posse 'definitiva' da terra para seus descendentes.

*A favela é uma área dada. A Prefeitura dá pra você morar. Só que se amanhã ou depois você morre ali, seus parentes não tem direito naquela área. Esse que é o problema. É uma área da Prefeitura. Ela é sua enquanto você morar. Enquanto você tiver tomando conta daquilo ali. Você constrói, você vive cem anos naquele lugar. Só que você*

*morreu, seu marido, seu filho, acabou. Seus parentes não tem direito mais não. João*

Na verdade procura explicar o que diz a legislação que regulamenta o direito real de uso da terra conquistada por muitas favelas de Campinas. A polêmica política gerada na época, inclusive a nível jurídico, permanece muito confusa, especialmente entre os trabalhadores sem teto.<sup>14</sup>

*Vamos supor. No Parque Ipiranga tem uma. Eles urbanizaram ela. Entrou a Prefeitura em conjunto com CPFL e a SANASA. Fizeram esgoto, ligações de água, luz. Eles pagam esses serviços. Mas esse papel que eles pegam não é bem uma escritura não. Então, você não pode tá negociando. A terra é pra você usar. É a mesma coisa que você arrendar, você arrendou uma terra. Outro parente não pode vim e tomar posse. João*

A diferença entre as favelas públicas e particulares também não escapou às suas observações. Na falta de algum acordo, que nunca depende do envolvimento direto dos moradores, resta a certeza de sua irremediável subordinação à uma dinâmica de poder absolutamente exterior às suas aspirações e valores do habitar: as reiteradas desterritorializações objetivas e subjetivas do modo de vida provisório.

*Existe lugares, vamos supor, favelas, que são áreas particulares. Então, a Prefeitura juntamente com a Cohab faz a negociação com o dono da terra. Se não, o caso é de despejo mesmo. João*

José<sup>15</sup>, depois de se sentir despejado da casa da tia em Paulínia e antes de participar da ocupação da V. Lídia, ficou seis meses num barraco, nos fundos da casa da sogra no Jd. Itatiaia (Campinas). Conta que se trata de uma favela, uma antiga ocupação em terra pública. A história, ouvida de moradores mais velhos no período em que morou por lá, chamou sua atenção. Passou a pensar mais na sua situação de chefe de família sem teto, Por isso explicou o caso da sogra em detalhes, como quem aponta uma possibilidade

de vida, uma oportunidade para si mesmo. Migrante do Paraná, ela participou da ocupação onde construiu três cômodos num dos lotes divididos pelos próprios moradores, segundo ouviu falar. Quando a sogra chegou eram poucos os ocupantes, atualmente acredita ter mais de cinquenta famílias. Mesmo imprecisas, a busca por informações deste tipo atraem, principalmente, famílias em situações de moradia de empréstimos e despejados.

*Lá foi ocupado há muito tempo atrás. Eu acho que faz mais de vinte anos. É bem dividido. Eles mesmos que se organizaram, à maneira deles. José*

A partir do desejo de uma casa imaginada, onde pretende passar o 'resto de vida', Silvia<sup>16</sup> comparou a cidade de Campinas com Ondas Verdes, próximo de São José do Rio Preto (SP). As descrições extravasaram os limites internos da casa e se estenderam para ruas, instituições, sociabilidades públicas esperadas numa cidade idealizada. Ao recordar Ondas Verdes, em seus aspectos reais e devaneios de intimidade com a cidade e a casa que deseja habitar, situou a falta do direito a um acolhimento humano em cidades como Campinas. Expressou indiretamente uma ética do habitar onde a vida social é mais comunitária, lugar em que não permanece tão anônima e impotente como na 'cidade grande'. Percebe a falta de possibilidades concretas para pagar um aluguel, modificar seu modo de vida provisório, cuidar da família, criar relações de permanência na cidade, reviver experiências de moradias passadas. Julga que tais impedimentos para o cultivo e expansão de sua identidade de 'mãe de família' são agravados pelas decisões do marido, que necessita privilegiar o mercado de trabalho de Campinas, em detrimento de uma cidade em que, inclusive a moradia, seria melhor para a família.

*Não gosto de Campinas, mas o meu marido está aqui. Eu não tenho lugar para morar, então eu fico aqui mesmo. Eu gostaria de morar lá em Ondas Verdes, gosto muito do interior, adoro sítio, fazenda, chácara, mas desde que seja no interior. ... Ah, lá não tem ladrão. Lá você dorme com porta e janela aberta. Ninguém te assalta. Você sai durante*

*o dia, pode largar sua porta aberta. Ninguém carrega nada, nem uma colher. Tem praça, tem Câmara Municipal, tem Prefeitura. O prefeito é liberal, anda na rua. Você não precisa marcar audiência pra falar com ele. É bom demais, eu acho. Você quer um negócio do prefeito: - 'Oh, Fulano, Oh, Siclano, eu preciso disso, disso.' E ele: - 'Passa lá na Prefeitura que eu dou.' Respeita você. Sílvia<sup>17</sup>*

Revela que costuma repetir sempre em voz alta, para o marido, filhos e para si mesma que não ficará toda a vida em um lugar que não a reconhece como parte da cidade.

Freqüentemente, quando não conseguem pagar aluguel, apelam, antes da ocupação, para algum membro da família ou amigo, para não ter que violar a legalidade da posse da terra urbana. Mas, passado algum tempo, esta solução pode se revelar inviável e os depoimentos de José e Mara<sup>18</sup> são expressões de vivências extremamente comuns entre trabalhadores sem tetos. Praticamente todos os ocupantes da V. Lídia passaram pelas mesmas situações em casa de parentes. O modo de vida provisório impede a concretização de um valor cultural fortemente arraigado entre as classes trabalhadoras do país: habitar com a família nuclear.

*Eu estava morando com a minha sogra, num cômodo no fundo. ... eu tenho a minha família e eu acho que eu preciso ter o meu canto para viver. Eu queria ter a minha casa e eu acho que trabalhando eu não vou conseguir, por causa do salário que a gente ganha. José*

Mara, do mesmo modo, luta para deixar a casa dos familiares, mas isto não significa o desejo de viver longe deles. Por isso 'segura', na ocupação, o lote de cada membro da família, a ser negociado com a Cohab e prefeitura. Morava com uma irmã casada, mãe, mais dois irmãos. Mais cinco sobrinhos e um sexto que estava para nascer, todos da irmã. O problema desta família extensa portanto está em conquistar para cada família nuclear, um espaço íntimo de casa.

Na impossibilidade de vivenciar relação de permanência com o espaço de casa e com a família nuclear, até mesmo filhos podem ser adiados pelo casal. Um de seus irmãos, casado, vinha adiando filhos enquanto não conseguisse uma solução para o problema da moradia. Outro irmão, solteiro, mas noivo, mantinha pretensões de casar logo e morar no lote da Cohab<sup>19</sup>.

Mara, portanto, fala por ela, seu filho e representa todos membros de sua família extensa, que luta por desmembrar-se através da estratégia da ocupação urbana. É muito enfatizada a idéia de que cada um deve ter o seu 'canto'<sup>20</sup>, comprovando que esta forma de coexistência para a sobrevivência, contraria princípios culturais e éticos entre eles. No entanto, é bastante disseminada pelas elites conservadoras a idéia de que estes trabalhadores têm a característica moral de querer viver em promiscuidade.

*Eu acho que a gente já morou junto tempo demais. Ela [a irmã mais velha] tem 6 filhos e eu quero o meu canto, porque quem é que não sonha em ter sua casinha, seu lugar próprio? Eu quero a minha casa, porque ela cria os filhos dela de um jeito e eu crio de outro. Então, eu acho que ela tem que ter o canto dela e eu o meu. Meu irmão já tem uma família, ele também pretende ter filhos e só não tem, porque não tem casa para morar. ... Eu quero esquecer tudo o que eu passei, tudo o que for preocupação, tudo o que vi na casa de minha irmã. Eu quero começar a viver uma vida nova para mim e para o meu filho. Mara.*

*"Enquanto policiais militares acompanhavam a retirada dos móveis e materiais da área invadida, o ajudante geral J.N.G.da S., 49, procurava seus pertences deixados no meio das madeiras. S. é casado com M.T. e tem seis filhos - três meninos e três meninas. Com uma carroça, ele pretendia retirar as madeiras que antes formavam seu barraco. - 'Estou vendo se não ficou nada por aqui, pois quero levar estas madeiras para um terreno de um amigo. Os móveis não terão jeito, ficam por aqui mesmo.', afirmou.*

*Segundo S., no mês passado ele iniciou uma ampliação do barraco onde morava com os filhos. A nova construção iria medir 7,5 metros por 4 metros. "Eu queria fazer mais um quarto para as crianças poderem dormir separadas. A gente é pobre, mas procura deixar as coisa em ordem.", disse.*<sup>21</sup>

Mara, em Campinas há poucos anos e, diferentemente de Silvia, pretende ficar e conquistar alguma relação de permanência com a cidade para criar seu filho de sete anos. Morava em Candeias (BA) e ficou desempregada. Foi aconselhada por um tio a vir para a casa de sua irmã mais velha, que está na cidade há mais de 20 anos. Partiu porque achou que não tinha mais nada a perder. Compara sua terra natal com Campinas e indica certos pontos positivos que pesaram em sua decisão de ficar. O filho está sempre no centro das razões de suas decisões de luta pela sobrevivência, de seu projeto vida.

*Quando minha irmã veio, tinha uns onze anos e a gente ficou lá o tempo todo, sem conhecer ela. Nesse período ela teve cinco filhos. A gente não conhecia os sobrinhos, não conhecia ninguém. Ele (o tio) disse que era melhor eu vir parar aqui com um filho, do que minha irmã ir parar lá, com cinco filhos. (...) lá na Bahia também é difícil a gente sobreviver. Não tanto pelo emprego, porque exploração no emprego lá também é demais. A gente trabalha mais do que ganha. Pior ainda, porque a gente está trabalhando e não tem quem olhe os nossos filhos. Aqui ainda tem a creche. Então, se eu achar creche pra colocar ele e trabalhar, eu prefiro ficar aqui. Mara*

Afirmando que a moradia é um problema muito grave 'em toda essa Campinas', considera o município como um lugar onde os pobres são forçados a morarem todos juntos, com parentes e, às vezes, amigos, sempre em situação de extremo desconforto, num mútuo sufocamento de individualidades.

*... a maioria das pessoas mora sempre com parente, porque não tem um lugar para morar. Não tem condições de comprar um imóvel e não tem lugar para ir. Eu conheço várias que moram com parente. Acho que é esse o problema da grande maioria. Mara<sup>22</sup>*

*"Cerca de 95 famílias do bairro União da Vitória, próxima ao conjunto habitacional Mauro Marcondes, invadiram uma área na entrada do bairro ... o terreno está abandonado há mais de 15 anos. ... O jardineiro, desempregado, N.F. mora com nove pessoas em um cômodo e meio no bairro União da Vitória: - 'Não é possível continuar assim. Preciso fazer alguma coisa', se desespera."<sup>23</sup>*

Desde a infância Mara dependeu de morar com parentes, 'moradia de pobre' aparece muito mais associada a 'viver na casa dos outros'. O aluguel aparece como uma expectativa ou possibilidade individual distante e, neste caso, uma vivência desconhecida. Trata-se de convivências forçadas de vida, espaços exíguos a serem divididos com muitas outras pessoas da família, modo de vida suportado por grandes contingentes de trabalhadores 'sem lugar definido' na cidade, lutando para evitar o despejo.

*O aluguel é sempre provisório. Nunca pode dizer assim: - 'Estou tranquila'. Porque você sabe que vai ter que sair um dia. A gente espera nunca ficar desempregado, porque tem que ter aquele dinheiro ali, todo mês, para pagar aquele imóvel com todo mundo [com outros familiares da casa]. Se tem um terreno, um lote, mora ali até construir uma casa. Agora, se não tem mesmo, tem que ficar na alugada até arrumar uma solução melhor. Mas, eu acho que ninguém gostaria de pagar aluguel. Todo mundo gostaria de ter seu lugar definido. Mara*

A ética do habitar das classes trabalhadoras faz esta clássica associação entre, constante esforço para 'parar um pouco', 'conseguir um canto' para obter a referência de pertencer à vida social

e, ao mesmo tempo, criar possibilidades de uma poupança popular para o lote, a casa futura da família. Este objetivo social é representado em geral como dois ou três cômodos iniciais e tem um significado cada vez mais intenso na história da habitação popular no Brasil, atestado por incontáveis estudos habitacionais<sup>24</sup>.

*"A desempregada I.M.M.H. e a ambulante L.S.M. foram as primeiras pessoas a se cadastrarem no 'Projeto Uruguai' [Projeto não oficial, denunciado meses depois na Justiça pelos sem teto contra o 'líder', foragido da polícia]. ... 'Tem que dar certo', confiava Íris, despejada há poucos dias de uma casa no Parque Itajaí 3. Sua expectativa faz sentido. Chegou a vagar por casas de amigos e por pouco não foi literalmente para a rua. Paga R\$50,00 de aluguel por um pequeno cômodo de fundos, também concessão de uma amiga, mas com prazo determinado para sair. A ambulante L.M. ... mora numa casa alugada na V. Nova, mas tem que sair de lá até novembro deste ano, por conta da denúncia vazia. 'Também não dá para continuar pagando aluguel o resto da vida', observa ela, de olho na casa própria"<sup>25</sup>*

Dona Ana<sup>26</sup> acha injusto ter lutado durante toda sua vida para manter o aluguel em dia e 'terminar' sua vida numa ocupação. Concorda com Mara sobre a dificuldade de manter uma moradia sozinha, devido à insegurança como modo de vida, mas a expectativa de conquistar um lugar - 'para sempre' - de transcendência individual e familiar se mantêm viva na ocupação, apesar de morar sozinha. O desamparo de idosos sem teto também permanece como um problema oculto, invisível, mesmo em termos estatísticos<sup>27</sup>.

*Se for só da gente mesmo, então é para sempre. Aluguel, ocupação, é tudo provisório, porque não é da gente. Vim parar aqui porque eu queria conseguir pra mim mesmo e meus filhos. Ana*

Falar em diferentes tipos de moradia provisória na cidade, obriga a reproduzirem o discurso dominante do 'sonho da casa própria' como solução futura, e isto inclui apelar à ocupação urbana como

último recurso. O fim na crença deste imaginário social equivale a impedi-los de se sentirem capazes de fazerem frente às dificuldades cotidianas da vida, dar um sentido de autonomia para suas existências.

Imaginar<sup>28</sup> uma casa é uma poderosa força objetiva e subjetiva para a ação concreta dos sem teto, pois tanto podem construir imagens íntimas, como passam adiante o valor, a importância de se desenvolverem devaneios existenciais aos seus descendentes, uma das poucas maneiras que encontram para tentarem preservar alguma continuidade para as histórias familiares e enfrentarem o avassalador não reconhecimento a que estão socialmente submetidos pelo modo de vida provisório.

O despejo e o desemprego, ao contrário, seriam expressões máximas de interrupções do direito a ter projetos de vida e passar um sentido plausível de vida para os descendentes, que acontecem invariavelmente através de 'sonhos', devaneios<sup>29</sup> sobre o futuro. Por isso, a ocupação emerge como última tentativa para evitar novas desterritorializações, fragmentações de histórias familiares e de si mesmo. Os despejos são vividos, portanto, como símbolos de uma reprovação pública, condenação social e moral sobre sua capacidade de gerir e planejar a vida individual e social, portanto, como preconceito, discriminação.

*"Mais de 300 sem teto que há nove meses ocupavam glebas de terra do Departamento de Estradas e Rodagem (DER) e da Fazenda Santa Bárbara, na Vila Boa Vista, tiveram seus barracos derrubados ontem por ordem da Justiça. Entre os invasores - 104 famílias, cuja maioria será obrigada a voltar para as ruas da cidade - encontram-se crianças de até quatro dias de idade, deficientes físicos e mulheres grávidas. ... Com rapidez, os dois oficiais de Justiça designados pela 5a. Vara, acompanhados por um contingente de 10 homens da Polícia Militar, acordaram*

*todos os moradores e anunciaram o despejo. Logo a seguir, vários carros com mais de 30 trabalhadores contratados para desmanchar os barracos chegaram, junto com sete caminhões alugados ... para transportar as tábuas dos barracos e os eletrodomésticos dos moradores. Os oficiais de Justiça, no entanto, não souberam informar com precisão para onde seriam levados os objetos e os próprios invasores, apesar de terem um ônibus colocado a seu dispor, não tinham para onde ir. 'Nossas instruções são apenas para reintegrar a posse'. ... Enquanto isso, a baiana I.S. procurava juntar os seis filhos em sua volta, enquanto implorava inutilmente que os peões não desmontassem sua casa com martelos e machadinhas ... 'Vocês vão quebrar tudo! Esperem meu marido que ele ajuda a desmontar com cuidado', dizia. ... Á.C., mãe de A., um deficiente físico de 20 anos, pensava em uma alternativa pessimista para sua família. 'Não posso ficar andando por aí com ele de muletas. Então acho que vou mesmo para debaixo de uma ponte. Em outra ocupação eu nunca mais boto o pé enquanto viver. É muita decepção morar nove meses em um lugar e ter sua vida destruída em um dia pela Justiça', desabafou.<sup>160</sup>*

Desta forma, a importância da metáfora do 'sonho da casa própria', que apesar de seu conhecido conteúdo ideológico conservador, nos proporciona, contraditoriamente, a possibilidade de conhecer determinados valores éticos do habitar dos trabalhadores sem teto. O desejo de casa estimula o sujeito a ter uma imaginação individual dinâmica, cambiante, motiva devaneios sobre perseguir sempre mais e melhores condições de vida, autonomia e transcendência individual e familiar.

Assim sendo, é preciso evitar o entendimento literal da prioridade da 'casa própria', apenas como aquisição do lote ou construção da casa material individual. O objetivo é ainda não circunscrever os estudos a denúncias sobre as razões e números de

déficits habitacionais do país, da pobreza, dificuldades de financiamentos, debilidades dos programas oficiais, etc. Análises indiscutivelmente indispensáveis, que contribuem decisivamente para conhecermos a histórica precariedade da habitação popular no Brasil, mas insuficientes para entender o significado social da simbologia da casa entre os trabalhadores sem teto.

A questão está em descobrir como problematizar a violência da habitação provisória que coloca em contradição valores de permanência do habitar do 'chefe provedor' e/ou da 'mãe-de-família' das classes trabalhadoras, afetando o direito de construir um sentido ético e moral de vida, que organiza histórias familiares junto aos seus descendentes.

*"Duas famílias que foram despejadas por determinação da Justiça de Paulínia de um conjunto habitacional invadido em outubro do ano passado, estão ocupando a calçada em frente ao prédio da Prefeitura há dois dias. ... A situação mais crítica é a da doméstica R.A.dos S., de 32 anos. Ela e seus três filhos, de 8, 6 e 2 anos de idade, dividem um dos colchões e estão se alimentando do que conseguem arranjar com pessoas que passam pelo local. Rosane diz que invadiu a casa no conjunto popular porque a residência onde morava antes era cedida por um conhecido que precisou do imóvel e pediu para que ela saísse. 'Eu não tenho para onde ir com meus filhos e nem ir trabalhar mais eu posso, porque tenho medo de deixar as três crianças sozinhas na rua', conta. ... Segundo o diretor do Departamento de Habitação do município ..., 'O déficit habitacional da cidade é de 4 mil casas e a Prefeitura não tem como resolver o problema de toda essa gente. As famílias que estão sendo despejadas foram avisadas, desde o início de que teriam que sair', explica.(SM).<sup>31</sup>*

Parece-nos que explorar a expressão genérica e ambígua de 'sonho da casa própria', que desconhece singularidades e a

complexidade histórica de seus significados culturais, simbólicos e subjetivos, é essencial para esta discussão.

Da mesma forma, termos como 'despejo', 'aluguel' e outras categorias, que envolvem reflexões em torno do mundo da moradia, devem perder seu caráter universal, abstrato ou consensual. Os sem teto especificamente entendem o despejo como uma experiência muito mais complexa do que seu sentido legal ou literal, que podemos resumir como:

*... desocupação compulsória de um imóvel alugado, por decisão judicial; ação judiciária para que o inquilino saia da casa alugada.*<sup>32</sup>

Os relatos nos remetem para a idéia de expulsão social, mas também para um 'exílio' subjetivo, uma espécie de ausência de experiência existencial onde possa 'pousar', 'repousar', 'aquietar-se' no cotidiano e em seu mundo interior. O mesmo ocorre do ponto de vista da vida exterior, social, não pode pertencer à 'nação' ou cidade que nasceu ou escolheu para viver. Outros sentidos de despejo, desocupar, desabrigar, talvez ajudem a liberar imagens mais diretas sobre o sentimento de 'exílio' e 'expatriamento' interno. Indiretamente está associado também à idéia de 'separar' socialmente o corpo do despejado e de sua família dos demais; este deve se sentir 'marcado', 'condenado' diante do contexto social em que vive.

*...ato ou efeito de despejar; aquilo que se despeja; lixo; dejeção; livrar do estorvo; desocupar; evacuar; deixar a casa, o lugar.*<sup>33</sup> *Desabrigar: tirar o abrigo a; deixar exposto ao tempo ...Desamparar, desproteger, abandonar ...Desabrigado: que não tem abrigo. Exposto às intempéries.*<sup>34</sup>

Basicamente encontramos entre os sem teto a distinção entre 'ser despejado' e 'se sentir despejado'. O primeiro tem um caráter social, institucional, seja através do proprietário particular, seja propriedade pública, neste caso conhecido mais como 'remoção', ou "reintegração de posse" com processo judicial e auxílio policial, em

geral. Os dois tipos são abundantes nas histórias de vida dos sem teto e possuem o mesmo efeito dramático. Simboliza uma degradação moral, um sofrimento de 'morte' social, de desumanização do sujeito. Uma violência social muito recorrente na dinâmica de funcionamento da habitação provisória, necessitando ser investigada de forma mais sistemática.<sup>35</sup>

*Em vez de me ajudarem, eles [funcionários da Prefeitura de Paulínia] queriam arrumar telhas ... pra me tirar da cidade. Isso me doeu muito. José*

Sem ter para onde ir e sempre sofrendo de 'cansaço mental' nosso entrevistado José conta que foi expulso primeiro da casa da mãe (alcoólatra). Tentou uma outra saída de moradia em Paulínia, antes de ir para a casa da sogra em Campinas. Procurou a Secretaria da Habitação para fazer um 'cadastramento', órgãos que acabam reproduzindo inúmeras estratégias disciplinares para manter em funcionamento o modo de vida provisório de trabalhadores sem teto. No seu caso 'ganhou' telhas, mas não o espaço para viver onde nasceu. São critérios que impedem o acesso ao pertencimento social através de políticas habitacionais do Estado.

*"... A família de F.D., 33 anos, enfrenta um drama. Ela foi transferida segunda-feira com mais cinco filhos para o abrigo provisório na Avenida John Boyd Dunlop. Já viveu em Campinas, mas voltou de Piracicaba somente há cinco meses, o que a impede de ser beneficiada com lote urbanizado no Vida Nova. - 'Eu tenho R\$30,00 para dar de entrada no terreno e não consigo comprar outro lote qualquer sem ajuda.', lamenta."<sup>36</sup>*

José, diz ter pedido, implorado e mesmo chorado de desespero, mas não adiantou. Sentiu que a situação era 'uma coisa muito grande' na vida dele, 'pensava demais' e não via saída. O despejo, desta vez, foi vivido como uma expulsão da cidade onde tinha nascido, da terra natal. É mais do que conhecida a 'solução' dos órgãos

públicos de recorrerem à expulsão dos 'estrangeiros', com o discurso de que devem voltar para seus lugares de origem por várias razões, como a da falta de qualificação profissional.<sup>37</sup>

O que chama a atenção ainda é o fato de os órgãos públicos induzirem cada vez mais à prática de moradia em famílias extensas como 'solução' para os sem teto, quando recorrem a despejos coletivos (reintegrações de posse), por exemplo. A imprensa registra amplamente esta ocorrência, inclusive através de discursos oficiais, como se fosse um encaminhamento plausível para o problema.

Enquanto circula no caminhão da prefeitura como ajudante de serviços gerais, pensa em outros sem teto, que devem estar passando pela mesma situação que ele; e enfatiza sua opinião sobre os despejos, quando conta sobre seu incrível hábito de observar os grandes espaços vazios da cidade na carroceria do caminhão da prefeitura.

*Acho o despejo um horror. É terrível! O próprio governo tem tanta terra aí, que não está sendo usada pra nada e tanta gente na rua de Campinas. Eu vejo o descaso do governo, do prefeito da cidade. José*

Em relação ao aluguel, dona Ana contou uma história semelhante aos outros sem teto. Mudou várias vezes, mas não esquece do que passou com um dos locadores. Posicionou-se, como das outras vezes, de forma veemente contra os despejos em geral, antes de referir-se mais detalhadamente sobre sua experiência particular. Toca na questão central da habitação provisória: uma 'máquina de morar' que ignora por completo a individualidade, as condições de vida e a ética do habitar do sujeito que aloca uma moradia sem nenhum amparo jurídico e social.

*Eu acho assim: quando é uma pessoa que é acostumada a morar num lugar e não paga o que deve aos outros, aí tudo bem. Mas, se a pessoa mora numa casa da senhora, num imóvel da senhora e chega naquele dia e não pode pagar, vai fazer um acordo. E se a senhora não aceita,*

*também é uma pessoa que não tem consideração com ninguém. Eu acho assim, porque se fosse eu mesmo e a pessoa conversasse comigo: - 'Olhá, está se passando assim, assim...' Eu tinha consideração com a pessoa, porque todo mundo é humano. Mas, não é todo mundo que é igual. Ana*

Despejo e violência moral se equivalem, semelhante à situação de um mendigo que 'expulso' da sociedade onde vive, é visto como 'lixo', simbolizando que perdeu o direito de partilhar a cultura, quer dizer, o 'valor' humano, como uma volta ao mundo natural, completamente desamparado pelos referenciais de sua própria 'nação'. Revela ainda sua frustração em não poder ajudar, amparar os despejados, pois a maioria dos sem teto vive este desalojamento de forma absolutamente solitária e, comumente, mais de uma vez.

*"... Arriscar a vida de duas crianças por alguns quilos de madeira e pregos pode parecer loucura, mas não é o que pensa M.J.. Despedida da casa em que trabalhava por ter engravidado de Angélica 'empregada doméstica grávida não presta' a paraibana de 28 anos investiu no pequeno barraco tudo que restou depois de, seis meses antes, ter sido despejada pela primeira vez, ironicamente, também pela Defesa Civil e pelo mesmo motivo: a chuva. 'Paguei R\$200,00 por um barraco no Jardim Londres que ficava em área de risco. Consegui o dinheiro de volta e comprei aqui no Satélite, e ninguém vai devolver nada. O que faço agora?', questiona. Hospedada em uma casa do bairro - alternativa que só aceitou para não ver Angélica e Ketlen encaminhadas para o Centro de Recepção e Triagem de Menores (CRTM) - M. J. deixou de lado o sonho de um dia ver as filhas transformadas em professoras para enfrentar o pesadelo causado pela chuva. ... A velha TV e o aparelho de som que trouxe da Paraíba ainda permanecem no barraco. 'Não temos onde colocar. E estamos hospedados aqui de favor, o dono já avisou que em quatro dias temos*

*que ir embora', conta, tentando disfarçar as lágrimas que ameaçam cair olhando para as paredes de tijolo e o teto sem buracos da casa temporária. ... Emprestar R\$30,00 de alguém é a maior preocupação ... no momento. O dinheiro, explica, é para pagar uma taxa pedida pela Cohab de Campinas, necessária para participar do projeto Habitacional Vida Nova. A quantia corresponde exatamente à metade do salário que o marido, o faxineiro R.C., recebe por 15 dias de trabalho. ... É claro que, além dos R\$30,00, M.J. ainda precisará arrumar dinheiro para pagar o carro que levará a madeira do barraco e os poucos utensílios da família para a nova moradia. 'Mas isso eu vejo depois, agora preciso é de R\$ 30,00', diz, em desespero.*<sup>38</sup>

Para o 'apoiador' de movimentos de ocupações, despejo significa ainda 'exílio', vergonha, sofrimento pela incapacidade de cuidar de si mesmo e da família 'na própria terra'. O despejo simbolicamente equivale a uma 'sentença de morte' moral, destruição de valores éticos do sujeito trabalhador.

*Despejar você de um lugar é a mesma coisa que falar que você não tem condições de sobreviver. Sabe, é um negócio esquisito. Porque aquela linguagem 'a rua', você fala 'a rua é...' O despejo é a mesma coisa de uma pessoa pegar você e mandar você embora do país. A partir do momento que você é despejado... eu, no meu caso, me sentiria muito envergonhado. João*

Depreendemos da sua visão que, enquanto o trabalhador de habitações provisórias não for 'um despejado', ele pode acreditar que um dia terá a 'sua casa'. Mas 'se o pior acontecer', a crença é a de que deixou de ser capaz de 'erguer a vida', de sonhar com a casa futura, que está intimamente associada ao desejo de um vir a ser de sujeito, tanto social como individualmente falando. O despejo funciona como uma espécie de 'divisor de águas' entre humanização e desumanização do indivíduo, entre 'ser brasileiro' e 'ser indesejável para a nação'.<sup>39</sup>

É desse modo que o sujeito despejado se sente 'proibido' de partilhar do imaginário social e cultural da 'casa própria' na sociedade em que vive. Portanto, pagar aluguel<sup>40</sup> e não ter a 'propriedade privada' (em geral definido como um lote com três cômodos) não é o pior que pode acontecer a um sem teto. O que mais evitam é vivenciar despejos, numa luta cotidiana dramática para pagar aluguel e se manter num emprego, especialmente as mulheres, que se sentem mais responsáveis pela 'maternidade da casa', isto é pelo acolhimento físico e afetivo dos filhos e do casamento. Sofrem menos crises identificatórias com a perda do trabalho do que os homens. Estes, como chefes de família, representam a unidade doméstica diante do mundo exterior, devem ser provedores materiais e morais, impondo o respeito através de suas responsabilidade.<sup>40</sup>

O discurso de querer 'pagar a terra' em ocupações não deve ser entendido apenas do ponto de vista de almejar as garantias legais de um contrato jurídico. Devemos reconhecer aí também a luta para escapar do '*fenômeno do estrangeiro*'<sup>41</sup>. Quando o sem teto declara querer tornar-se 'dono da terra', significa que deseja pagar para pertencer à 'nação', uma vez que, de outro modo, não será reconhecido em sua condição humana, em sua cidadania.

*... H.S., foi despejada na quarta-feira por policiais militares, ainda em dieta pós-parto. - 'Eles pegaram o berço, com o meu bebê de 20 dias e colocaram na rua', frisou. Ela e o marido ficaram vagando pelo bairro durante três dias até acharem uma outra casa. Segundo Hélia, seu filho ficou doente e foi levado por sua irmã para ficar no DIC IV. - 'Tentei várias vezes falar com alguém na Cohab, mas eles não me recebem', desabafou.<sup>42</sup>*

## LACUNAS DO SABER E DA CIDADANIA

Esperamos ter contribuído para um debate a respeito da importância da cultura e da ética do habitar para trabalhadores

sem teto, impedidos de perseguirem projetos de vida no espaço da moradia.

As políticas públicas sobre habitação popular no país ainda estão muito distantes de alcançar a complexidade do significado cultural do habitar que os grupos sociais elaboram no modo de vida provisório, quase sempre na chamada 'cidade ilegal', restritas ainda a entender a casa apenas na sua dimensão material, exterior, objetiva, mercadológica, enfim.

As dificuldades para se discutir soluções políticas e sociais oriundas das lutas pelo direito à moradia dos trabalhadores urbanos sem teto permanecem como um sério obstáculo para a democratização do país. Seus conteúdos devem ser entendidos como tendo tanta profundidade cultural, sentido existencial e simbólico quanto o de outros setores sociais do país.

Nas histórias de casas dos sem teto de Campinas e região, vamos encontrando insistentemente os valores do 'inquilino honesto' que gostariam de manter, sem possibilidades. As arbitrariedades, violências e impunidades permeiam as relações cotidianas entre inquilinos pobres e proprietários de imóveis, desfazendo a organização familiar que, por sua vez, tenta se reconstruir novamente em outra moradia, talvez de empréstimo ou numa ocupação.

Estudos mais detalhados sobre o tema "habitação provisória" poderiam problematizar melhor a impressão equivocada de que estes trabalhadores estão de alguma maneira 'fixos' na paisagem urbana. Habitamos a vê-los em sua generalidade, impessoalidade, em representações descritivas e estanques de favelas, cortiços e ocupações, veiculadas apressadamente pela mídia.

É muito mais corrente do que supomos a dificuldade em percebê-los em movimento, deslocando-se intensamente de lugar para sobreviver, especialmente no interior da mesma cidade, fenômeno provavelmente acelerado a partir de meados dos anos 80, quando grande parte das favelas vão se estabilizando, tanto política como

juridicamente falando, devido aos movimentos sociais por habitação, além dos problemas de recessão econômica, desemprego, entre outros que agravaram a situação de pobreza do país.

No caso, o obstáculo em reconhecer reiterados deslocamentos de famílias de sem teto é muito maior do que a circulação, igualmente intensa, de trabalhadores sem famílias, mais facilmente identificáveis na busca de serviços temporários no campo e na cidade, andando sozinhos ou em grupos, nas ruas, estradas, construção civil, pensões próximas de rodoviárias, albergues, etc.

A tendência dominante continua sendo a de supor que os deslocamentos de chefes de famílias, homens ou mesmo mulheres, se dá prioritamente por procura de emprego, enquanto os filhos são mantidos 'em casa'. A intensidade das ocupações urbanas e dos despejos na última década, pelo menos em Campinas e região, desmente esta visão do problema.

A repetição de promessas de políticas de emprego ou de políticas para aquisição de casa própria para a população de baixa renda, ainda que se tornem realidade num futuro próximo, deixariam intocadas algumas questões essenciais da reprodução e funcionamento do modo de vida provisório.<sup>43</sup>

Enquanto não conquistarmos uma cultura de interesses públicos que defina uma política de reforma urbana democrática nas cidades do país em detrimento dos interesses privados, ficaremos à mercê daqueles que estipulam unilateralmente regras de aluguéis, estoque e concentração de terras urbanas, à margem da discussão de leis que preservam privilégios. Por esse motivo as ocupações acabam se tornando o caminho mais árduo e quase sempre extremamente frágil para se tentar a conquista da cidadania, o direito à habitação, com conseqüências e custos sociais a serem melhor desvendados, investigados com mais sistematicidade.

Nesse aspecto, nosso trabalho de pesquisa revelou que torna-se difícil ou insuficiente reconstituir a intensidade da provisoriedade habitacional destas famílias apenas através de entrevistas qualitativas. Seria preciso recorrer a outras estratégias de

pesquisas e instituições, como a constituição de equipes de trabalho que acompanhariam, passo a passo, as mudanças de espaço, as razões dos deslocamentos, diferentes tipos de moradias, investigando durante algum tempo, a trajetória de luta pela sobrevivência de diferentes tipos de famílias, gerações, gênero, etc.

A grande questão, portanto, é conhecer como se dão os deslocamentos dos indivíduos que vivem o modo de vida provisório, principalmente no interior de uma mesma cidade ou região, mais do que se especializar em um tipo específico de moradia (cortiço, favela, ocupação recente, loteamentos populares oficiais, etc.). Dos processos de perdas e de novas buscas por moradia que os trabalhadores sem teto vivenciam constantemente nos espaços urbanos, quase sempre ilegais, é que devemos interpretar a dimensão cultural, ética e subjetiva de seus projetos de vida.

Sobram dúvidas e indagações como estas: é possível calcular os custos sociais e econômicos, em termos da falta de uma referência de permanência para habitar? E para o atendimento à saúde, o acesso à educação e à cultura, especialmente para crianças e adolescentes que vivenciam a habitação provisória? Quem são realmente os invasores, na histórica lógica de exclusão social existente entre sujeito e espaço, desde o Brasil colonial?<sup>44</sup> A quem interessa continuar mantendo a tradicional dissociação entre ética e pobreza?

## NOTAS

- (1) O edifício Palace II, Barra da Tijuca (RJ), desabou em 21/03/98, com 44 apartamentos, matando 8 pessoas. A maioria dos moradores saíram momentos antes, devido a um forte ruído. *Revista VEJA*. 4/3/98: 28-32
- (2) Pedro Paulo de Souza, dono da Encol, juntamente com dezesseis outros ex-diretores da empresa, estão sendo processados criminalmente pela venda de apartamentos que nunca chegaram a entregar para 42 mil famílias. *Revista VEJA*. 4/3/98:32
- (3) 'Nos escombros, famílias garimpam memória afetiva: moradores se emocionam ao encontrar fotos, cartas e brinquedos.' *Folha de São Paulo*. Caderno Cotidiano. 2/3/98: 3-6
- (4) No litoral do Paraná, Guaratuba, o edifício Atlântico desabou em janeiro de 1995, matando 29 pessoas. Foi feito um acordo com o responsável pela construção, Ney

Baptista Torres, e os moradores receberam apenas um terço do valor do imóvel. Torres teve seu registro de engenheiro cassado e está sendo acusado criminalmente pelo Ministério Público. *Folha de São Paulo*. Caderno Cotidiano. 2/3/98: 3-7

- (5) Edifício Itália, São José do Rio preto (SP), em acabamento. Dezesete andares desabaram em novembro de 1997, sem deixar vítimas. Parte de um condomínio de alto padrão, desabrigou as primeiras 12 famílias residentes no prédio. Os proprietários, incluindo os não residentes, foram à justiça contra a Construtora Raga, de Luiz Ragonha, mas estão denunciando a impunidade e o descaso das autoridades responsáveis. Em março de 1998, ainda não possuíam qualquer laudo técnico oficial com as causas do acidente. Mesmo assim, entraram na justiça com várias ações. Também neste caso, os moradores permaneceram quatro dias 'garimpando', nos escombros, fotos, cartas, objetos, documentos, etc. *Folha de São Paulo*. Caderno Cotidiano. 2/3/98: 3-7
- (6) O material de pesquisa do presente artigo é basicamente extraído de um levantamento de notícias em jornais e revistas, sistematizados para a tese de doutorado (1997), mas conta com matérias mais atualizadas sobre o tema habitação em Campinas e região. As entrevistas foram realizadas em Campinas (1994), numa ocupação urbana recente na época, Vila Lídia, logo depois transferida para um loteamento municipal, chamado Vida Nova. ver Lopes. 1997
- (7) Maricato. *Folha de São Paulo*. 1996: 1-3  
ver ainda dados cidade São Paulo: Rolnik, R.; Kowarick, Lucio e Somekh, N. (editores). Prefeitura Municipal de São Paulo. Gestão Luiza Erundina
- (8) ver sobre modo de vida provisório, insegurança, trabalho e família na Grande São Paulo: Telles. 1992 e 1993
- (9) Dados oficiais do município de Campinas: entre 1988 e 1990 ocorreram 43 ocupações urbanas. Em maio de 1994, o número era de 57 áreas ocupadas, para além das 84 favelas da cidade, somando 100 mil pessoas ou cerca de 10% da população da cidade, em 3,5 milhões de metros quadrados. Até meados de 1996, o número oficial de ocupações subiu para cerca de 70 áreas. Em março de 1997, um levantamento da Defesa Civil da cidade, constatou que, só no ano de 1996, ocorreu um total de 180 ocupações, uma média de uma 'invasão' a cada dois dias. De janeiro a março de 1997, estes números aumentaram em 33,3% em relação ao mesmo período do ano anterior. No início de 1996, a Prefeitura registrava 56 áreas desafetadas entre 1984 e 1995: áreas de favelas antigas que estão em processo de regularização jurídica e urbanização. São cerca de 80 mil pessoas vivendo em favelas. Em 1970, esta população somava 0,87% da população total. Hoje, continua a tendência dos últimos anos: aproximadamente 10% do total da população vivem em áreas ocupadas. Os despejos coletivos são constantes, mas os grupos reocupam outras áreas. Não há dados sobre este 'movimento migratório habitacional' interno à cidade.
- (10) Thompson afirma: "... histórias de famílias são uma forma de memória coletiva, cujas características específicas nas sociedades ocidentais raramente têm sido examinadas." *Ciências Sociais Hoje*, 1993:11 (A temática do despejo, além dos estudos sobre a migração interna, sugere que se trata de uma importante aliada

- para investigações sobre histórias familiares das classes trabalhadoras do país e seu modo de vida provisório)
- (11) Os nomes dos entrevistados foram trocados.  
 João, 32 anos, solteiro, declarou ter cursado o SENAI, ser 'autônomo', eletricista de automóvel. Nasceu em Dracena (SP). Mora com os pais no Pq. União da Vitória, uma ocupação negociada com a Cohab, que financiou lotes populares na própria área. Permaneceu na Ocupação do Jd. Lídia algumas vezes por semana com a companheira solteira grávida, uma das ocupantes, até se afastar definitivamente no período de negociação mais intensa do grupo com os órgãos oficiais.
- (12) Zaluar. 1992:45-47
- (13) "... Os únicos que se revelaram satisfeitos com a desocupação eram os moradores do bairro. A moradora M.M., 30 anos, e que mora no bairro há 8 anos, disse que a maioria não queria permanência dos sem teto. \_'Por que nós que pagamos impostos temos que ser prejudicados por causa de quem tem tudo de graça?' *Correio Popular*. Campinas. Caderno Cidades. Antônio Fornazieri Jr. 'Tensão Marca desocupação na Vila Boa Vista:Famílias ficam desoladas, sem ter para onde ir'. 19.03.97:8
- (14) Promulgação da Lei da Terra (lei n. 5.079) e Decreto da Terra (decreto n. 6.449) em 30.03.81, pelo Prefeito Francisco Amaral, em Campinas. Esta lei é resultado do movimento da Assembléia do Povo (ASP) e acirrou definitivamente os embates jurídicos entre Executivo e Legislativo na época. Na prática o Projeto da ASP foi aprovado e vinha sendo apoiado por eminentes juristas, parlamentares, CNBB e inúmeras entidades de classe. Um dos pontos mais importantes e debatidos do Projeto pelo movimento, foi a defesa de que a terra deveria ser exclusivamente destinada à moradia (Impenhorabilidade e Inalienabilidade da terra), para evitar a especulação, que poderia provocar (e provocou) novas expulsões dos moradores de favela, considerando-se o processo de urbanização previsto na Lei da Terra. Meses antes, na tentativa de arrefecer a organização do movimento, sem sucesso, Francisco Amaral assina, em 29.09.80, o Decreto de Permissão da Terra por Dez Anos (n. 6.228). Lopes.1997: 73-128
- (15) José, 26 anos, solteiro, vive com a mulher e dois filhos menores, trabalhador temporário da Prefeitura de Campinas (serviços gerais).
- (16) Sílvia, 33 anos, casada, três filhos, dona de casa, antes dos filhos nascerem era faxineira, o marido é ajudante de pedreiro, estava desempregado.
- (17) "A casa natal é uma casa habitada. Os valores de intimidade aí se dispersam, estabilizam-se mal, sofrem dialéticas. ... Mas, para além das lembranças, a casa natal está fisicamente inserida em nós. Ela é um grupo de hábitos orgânicos. ... Todo o ser da casa se desdobraria, fiel ao nosso ser. ... Empurraríamos com o mesmo gesto a porta que range ... As sucessivas casas em que moramos mais tarde banalizaram os nossos gestos. Mas, se voltarmos à velha casa depois de décadas de omissão, ficaremos muito surpresos de que os gestos mais delicados, os gestos iniciais, subitamente estejam vivos, ainda perfeitos. Em suma, a casa natal gravou em nós a hierarquia das diversas funções de habitar. ... todas as outras não passam de variações de um tema fundamental. A palavra hábito

está demasiado desgastada para exprimir essa ligação apaixonada entre o nosso corpo que não esquece a casa inolvidável." Bachelard. 1988: 33,34.

- (18) Mara, 27 anos, separada, faxineira, com um filho na casa da irmã casada (seis filhos) e em situação de despejo.
- (19) "... Hoje, às 9 horas, uma comissão formada por cinco integrantes do movimento pretende ir até a Prefeitura e tentar uma negociação. Os invasores justificam a ação afirmando que a situação econômica do país está acuando os brasileiros e forçando-os a tomarem medidas radicais. O programador de materiais químicos, M.N.B., mora com os pais no São Marcos e precisa de pelo menos dois lotes. \_'Vou me casar em breve e não tenho condições de arcar com todas despesas', explica." *Correio Popular*. Campinas. Carolina Martins. 'Sem teto invadem terreno na Dom Pedro. 13.05.96:7
- (20) "A imagem de 'canto' aparentemente tão banal e repetitiva deve, por isso mesmo, ser reconsiderada: "O mais sórdido dos refúgios, o canto, merece um exame. Recolher-se ao seu canto é sem dúvida uma expressão pobre. Mas é pobre porque tem muitas imagens, imagens de grande antigüidade, talvez mesmo imagens psicologicamente primitivas. Por vezes, quanto mais simples é a imagem, maiores são os sonhos. Mas em primeiro lugar o canto é um refúgio que nos assegura um primeiro valor do ser: a imobilidade. Ele é o local seguro ... Um quarto imaginário se constrói ao redor do nosso corpo, que acreditamos estar bem escondido quando nos refugiamos num canto. ... Como dizer melhor que o canto é a casa do ser?" Bachelard.1988:146-7.
- (21) *Folha de São Paulo*. Caderno Campinas. 'Famílias retiradas ontem de área da Fepasa montaram novo acampamento a cem metros do local: Sem teto desocupam área em Paulínia.' 09.11.96:5-6
- (22) "... a importância da família põe em foco o frágil equilíbrio em que estão estruturadas as condições de vida familiar. Qualquer 'acaso', seja o desemprego ou a deterioração das condições de salário e trabalho, seja a doença, a invalidez ou a morte dos provedores principais, pode jogar as famílias nas fronteiras da miséria. Em outras palavras, se a sobrevivência cotidiana depende de um esforço coletivo, as condições vigentes no mercado (e na sociedade) terminam por desfazer - real ou virtualmente - a eficácia possível das estratégias familiares. É isso que permite dizer que a insegurança é o elemento definidor de formas de vida." Telles.1993:17
- (23) *Correio Popular*. Campinas. Caderno Cidades. Carolina Martins. 'Sem-teto invadem área em bairro'.13.05.96:3
- (24) Sader. 1988
- (25) *Correio Popular*. Campinas. Caderno Cidades. Marcelo Pereira. "Sem teto importam alternativa às invasões: Esperança na fila de inscrição". 06.01.95:1
- (26) Ana, 49 anos, viúva, está, às vezes, com um dos oito filhos adultos, devido à exigência da Cohab. Não existe acesso à compra de lote municipal para uma pessoa. Foi costureira 'autônoma'. Passou a trabalhar como doméstica, mas estava desempregada no momento da entrevista.

- (27) "A cobradora da VBTU, A. M. G. de A., de 60 anos, passou a noite encolhida em uma barraca, improvisada com galhos de madeira e plástico. \_'Moro sozinha e já não consigo mais me manter com os preços do aluguel', afirma. Outro que reclama dos preços e do salário é o carpinteiro G. M. de C.\_'Moro com cinco pessoas em um barraco de quatro cômodos e pago R\$ 150,00 de aluguel. O problema é que eu ganho apenas R\$350,00 bruto', diz." *Correio Popular*. Campinas. 'Sem teto invadem terreno na Dom Pedro: as 45 famílias dos Jardins São Marcos e Campineiro, que formam grupo de 200 famílias, começaram a invasão ontem pela manhã." 13.05.96:7
- (28) "... mediante a alternância entre razão e imaginação, é na vertente das sombras que se delineiam os projetos fundamentais. Eis uma afirmação constantemente reiterada e que percorre toda a obra de Bachelard. Assim, o autor enfatiza inúmeras vezes que nada é pensado sem antes ter sido sonhado, que o homem é mais produto do desejo do que da necessidade, que a ciência devem antes da 'revêrie' que da experiência ou, ainda, que os interesses cruciais para a vida humana não são os calculados mas aqueles de caráter quiméricos, que se desnudam em nossos sonhos. Proposições que vêm emblemar justamente a primazia que o filósofo atribui à imaginação cujo caráter psíquico fundamental e primitivo é por ele postulada. A capacidade de imaginar fundamenta a vida humana." Paiva.1997:116
- (29) "É imanente ao devaneio a capacidade de nos emancipar da funcionalidade do real e nos vincular ao irreal dinâmico, instância de ordem fundamental para a psique humana. Inclusive, porque ao imaginar o irreal, desejar o que não existe, ao invés de subsumir-se no âmbito do irreal, o homem desvenda as possibilidades de inaugurar no plano do real o inexistente." Paiva.1997: 148
- (30) *Correio Popular*. Campinas. Cadernos Cidades. Dario Carvalho Junior. "Justiça despeja 104 famílias sem teto" 22.11.95:1
- (31) *Correio Popular*. Campinas. Caderno Cidades. "Famílias se 'mudam' para a rua por falta de casa em Paulínia" 13.03.97:7
- (32) *Novo Aurélio Básico da Língua Portuguesa*. 1995; *Dicionário Escolar da Língua Portuguesa*. 1979.
- (33) idem. 1995; 1979.
- (34) *Novo Dicionário da Língua Portuguesa*. 1986.
- (35) "Como espetáculo, visível por todos os lados, a pobreza aparece, no entanto, no registro da patologia, seja nas evidências da destituição dos miseráveis, que clamam pela ação protetora e assistencial do Estado, seja nas imagens da violência associadas à pobreza desmesurada e que apelam para a intervenção estatal preventiva, mas sobretudo repressiva." Telles.1993: 9,10
- (36) *Correio Popular*. Campinas. Caderno Cidades. Marcelo Santos. 'Famílias correm risco, mas não deixam barracos' 12.01.96:4
- (37) "A idéia é tão simples quanto perversa: quem não tem qualificação suficiente para obter um emprego é remetido de volta para o lugar de onde veio. Por um lado, é

assim que muitos indigentes acabam conhecendo o país inteiro. Por outro, o estratagemma serve para um grande jogo de hipocrisia nacional, em que cada cidade se declara irresponsável pelos migrantes, alheios. O programa não é exclusivo do DF - há semelhantes em São Paulo, Rio, Curitiba, Ribeirão Preto e Belo Horizonte." *O Estado de São Paulo*. Caderno Cidades. Marcos Emílio Gomes. "Povos de Rua. Prefeituras 'repatriam' migrantes: cidades mandam seus candidatos a indigentes de volta para locais de origem." 01.04.92:3;

- *Folha de São Paulo*. Caderno Cotidiano. "Favela Caiçara 3: São Sebastião dá passagem de ônibus para tentar convencer os favelados a voltar para o lugar de origem. Cidade 'devolve' dez famílias por semana" 20.10.96:3-3;

- "Dormiram ao relento na noite de ontem as 11 famílias de sem teto de Hortolândia que tiveram suas casas demolidas no dia anterior devido ao cumprimento de um mandado de reintegração de posse. A Prefeitura da cidade, proprietária da área invadida ... não arrumou abrigo para os moradores. ... à frente da Delegacia de Polícia do município, pernoitaram se queixando de frio, fome e do descaso da Prefeitura. .... O vigia R.C.dos S. disse que o grupo só procurou abrigo na polícia por sugestão do procurador da Prefeitura, F. G., que nega a suposta indicação: 'Estamos aconselhando o pessoal a voltar para seus Estados de origem ou para as casas e barracos que mantinham em Hortolândia', avisa o procurador. Segundo ele, a Prefeitura tentaria ainda ontem uma 'saída provisória' para os sem teto." *Correio Popular*. Campinas. Cadernos Cidades. "Desalojados de Hortolândia passam a noite ao relento" 09.06.94:4

- (38) *Correio Popular*. Campinas. Caderno Cidades. Dário Carvalho Junior. "Família vive drama, mas fica unida" 11.01.96:4
- (39) Calligaris homenageou um sem teto em seu livro *Hello Brasil*, no dia em que apresentou pela primeira vez suas *cogitações* sobre a alta frequência da frase *este país não presta*: "... o cotidiano de Porto Alegre, *Zero Hora*, publicava em destaque a fotografia e a história de Valdomiro Oliveira, que de repente homenageei: 'Sob o viaduto Imperatriz Dona Leopoldina, nas avenidas João Pessoa e Perimetral, estão instaladas várias pessoas que não tem outros locais para morar. Isso acontece em outros pontos da cidade, mas nenhum, como o mendigo Valdomiro Oliveira, tem uma bandeira brasileira para marcar sua residência.' Valdomiro faz certo: é na beira do horror que precisa plantar a bandeira, pois é só a partir daí, sem esconder, que talvez ela possa se tornar uma bandeira." Calligaris.1991.23,24
- (40) Duarte 1986 e Telles. 1992
- (41) Simmel in *Sociologia*. Evaristo de Moraes Filho (org).1983:183-4,187.
- (42) *Correio Popular*. Campinas. Caderno Cidades. Carolina Martins. "Mutuários expulsam invasores da Cohab: Sem ter para onde ir, invasores de casas inabitadas e retirados por ação judicial reocupam outras do loteamento". 28.11.94:7
- (43) "Num registro e no outro, a pobreza é transformada em natureza, resíduo que escapou à potência civilizadora da modernização e que ainda tem que ser capturado e transformado pelo progresso. Nas suas múltiplas evidências, é fixada como paisagem. Paisagem que rememora as origens e que projeta no futuro as

- possibilidades de sua redenção, a pobreza não se atualiza como presente, ou seja, nas imagens do atraso, aparece como sinal de uma ausência. E é esse o ponto: entre a imagem do atraso e o horizonte idealizado do progresso, a pobreza é encenada como algo externo a um mundo propriamente social, como algo que não diz respeito aos parâmetros que regem as relações sociais." Telles.1993:10
- (44) ver 'Notas para uma problematização das relações sociais excludentes entre espaço e sujeito no Brasil' Lopes.1997

## BIBLIOGRAFIA

- BACHELARD, Gaston. **A Poética do Espaço**. Tradução: Antônio de Padua Danesi; revisão/tradução: Rosemary Costhek Abílio. São Paulo, Ed. Martins Fontes. 1988
- CALLIGARIS, Contardo. **Hello Brasil!: notas de um psicanalista europeu Viajando ao Brasil**. São Paulo, Ed. Escuta. 1991
- Dicionário Escolar da Língua Portuguesa**. Francisco da Silveira Bueno. 11ª ed., FENAME, Rio de Janeiro. 1979.
- DUARTE, Luiz Fernando Dias. **Da vida nervosa nas classes trabalhadoras urbanas**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, Ed. Brasília, CNPq, 1986.
- LOPES, Doraci Alves. **Marginais da História? O Movimento da Assembléia do Povo (1979/1986)**. Campinas, Ed. Alínea. 1997.
- \_\_\_\_\_. **Trabalhador Sem Teto e Habitação Provisória: Vivências acerca dos processos de perda da moradia urbana**. Tese de Doutorado. FFLCH. Universidade de São Paulo. 1997.
- Novo Dicionário Básico da Língua Portuguesa Folha/ Aurélio**. Aurélio Buarque de Holanda Ferreira e J.E.M.M. Editores, Rio de Janeiro, Ed. Nova Fronteira. 1995.
- Novo Dicionário da Língua Portuguesa**. Aurélio B. de Holanda Ferreira e J.E.M.M., Editores, 2ª ed., revista e aumentada, 7ª impressão. 1986.
- PAIVA, Rita. **Uma Inserção no Universo Bachelardiano. O alargamento da imaginação e a obsolescência do objetivismo na ciência contemporânea e na sociologia**. Dissertação Mestrado. Departamento de Sociologia, FFLCH-USP, São Paulo. 1997.

- ROLNIK, Raquel; KOWARICK, Lucio e SOMEKH, Nadia (ed.) **São Paulo: Crise e mudança. Prefeitura Municipal de São Paulo. São Paulo.** Ed. Brasiliense. Gestão Luiza Erundina.
- SADER, Eder. **Quando novos personagens entraram em cena: experiências e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo, 1970-80.** Rio de Janeiro, Ed. Paz e Terra. 1988.
- SIMMEL, Georg. **Sociologia.** Organizador [da coletânea] Evaristo de Moraes Filho, Trad. Carlos A. Pavanelli, São Paulo, Ed. Ática. 1983.
- TELLES, Vera da Silva. **A Cidadania Inexistente: Incivilidade e Pobreza. Um estudo sobre trabalho e família na Grande São Paulo.** Tese Doutorado. Sociologia. FFLCH-USP. 1992.
- \_\_\_\_\_. "Pobreza e cidadania: dilemas do Brasil contemporâneo." **Caderno CRH**, Salvador, nº 19, pp. 8-21, jul/dez 1993.
- THOMPSON, Paul. "A Transmissão Cultural entre Gerações dentro das Famílias: uma Abordagem Centrada em Histórias de Vida." in **Ciências Sociais Hoje**, ANPOCS. São Paulo, Ed. Hucitec, pp. 9-19. 1993.
- ZALUAR, A. "Exclusão Social e Violência." in **Violência e Educação.** Alba Zaluar (org.), São Paulo, Ed. Cortez. 1992.